

A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NA SOCIEDADE LÍQUIDA

THE SUBJECTIVITIES PRODUCTION IN THE FLUIDSOCIETY

Alexandre da Silva de Paula¹

RESUMO: Este artigo traz à tona apontamentos temáticos acerca da produção de subjetividades. Para tanto, introduz, primeiramente, a dinâmica das redes virtuais como lugar privilegiado da sociabilidade. O artigo considera a crise das instituições e o declínio da modernidade, tangenciando, parcialmente, acontecimentos e conjecturas que marcam as subjetividades contemporâneas. Conclui que, após a domesticação e a disciplina do sujeito moderno, as forças dionisíacas emergem não como a enunciação da finitude, mas enquanto acontecimentos que fortalecem a criação, a resistência e a emancipação.

Palavras-chave: Modernidade. Produção de subjetividades. Cartografia.

ABSTRACT: This paper presents some thematic notes on the production of subjectivity. Thus, introduces, at first, the dynamics of virtual networks as emerging environment for interaction. The text presents a specific crop in a large and complex universe, embracing esthetic, desires and virtual experiences. The study concludes, after domestication and discipline of the modern subject, the dionysian forces are emerging, not as the enunciation of finitude, but as events on build up life's potency, creation, and the resistance.

Keyword: Modernity. Production of subjectivities. Cartography.

INTRODUÇÃO: UMA SOCIEDADE EM REDE

Na contemporaneidade, a intensificação de tecnologias digitais traz consequências diversas no cotidiano dos indivíduos. Essa complexidade implica

¹ Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo/FFCLRP. Docente do Centro Universitário de Votuporanga – UNIFEV. Endereço para correspondência: Centro Universitário de Votuporanga. Rua Pernambuco, 4196 - Centro - CEP 15500-006 - Votuporanga/SP. aledpaula@outlook.com

numa visão múltipla sobre aspectos que compõem o quadro, agora efêmero e instável (ROLNIK, 1997). Conceitos desenvolvidos por Guatarri (1981) como “rizoma”, “agenciamento coletivo” e “transversalidade”, traduzem a ideia de que a sociedade no final do século XX não se organizava segundo parâmetros convencionais de localidade, parentesco ou vizinhança.

Estamos em rede, conectados com um número cada vez maior de aparelhos e dispositivos. As redes tornaram-se uma espécie de paradigma das mudanças em curso. As tecnologias de comunicação avançam a cada dia, de tal forma que nos sentimos obsoletos facilmente. O mercado e as corporações exploram um público voraz por novidades nos dispositivos em uso. A infraestrutura da informação, na ordem global, é um produto híbrido de diversas empresas de telecomunicação, fabricantes de hardware e software que estão se fundindo e ampliando suas operações (HARD e NEGRI, 2001).

Especificamente, as redes sociais são estabelecidas por conexões entre indivíduos que cruzam fronteiras de várias categorias, tais como grupos, famílias e organizações. Assim, ao se falar de redes sociais, deve-se considerar a noção de vinculação: seja psíquica, comunitária, familiar ou institucional (DESLANDES, 2004). Porém, nas redes virtuais, a vinculação é superficial e ilusória, além disso, há pouco espaço para reflexões capazes de renovar conceitos e aprendizagens. O conteúdo que circula nesse espaço, muitas vezes, não encontra embasamento rigoroso, o debate acaba direcionado por especulações ou julgamentos pessoais.

Contudo, é nítido que essa sociedade em rede exerce forças difusas e imbricadas com a tecnologia virtual, seja na interação presencial ou à distância. E, assim, segundo Lévy (2002), tornou-se necessária a opção por espaços emergentes de informações, em fluxos que se reorganizam conforme os objetivos e contextos, onde cada indivíduo ocupa uma posição singular e transitória. Sobretudo, cabe um alerta, pois, a evolução comunicativa não implicou no bem-estar esperado. A violência, a guerra e a miséria emergem como resíduos provisórios e marginais (BERARDI, 2005).

Diante dessas considerações iniciais, o presente artigo tem como objetivo apresentar uma discussão sobre a produção de subjetividades na sociedade

líquida (BAUMAN, 1991), colocando em evidência a transição paradigmática da modernidade e o declínio do funcionamento das instituições. Nesse trabalho, discutimos a crise institucional a partir dos modos de subjetivação que pedem passagem e destoam, seja nos sintomas emergentes, nas configurações estéticas ou existenciais.

Ao final, argumentamos sobre a importância do pensamento de Nietzsche na compreensão das forças dionisíacas, pois, trata-se de uma referência importante para interpretar as rápidas mudanças e instabilidades vividas no mundo atual. Nesse trabalho propomos uma leitura crítica sobre a dinâmica psíquica, os conflitos e experimentações em tempos de crise institucional. E, em termos metodológicos, recorreremos ao conceito cartografia desenvolvido por Suely Rolnik, enquanto dispositivo analítico e crítico, o qual nos permite mapear afetos, formas de expressão e submissão do corpo no mundo contemporâneo.

1 PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES EM TEMPOS DE CRISE INSTITUCIONAL

Estamos num momento histórico onde as instituições encontram-se em mudança. E, para compreendermos alguns sinais e consequências desse processo, primeiramente, é pertinente discutirmos as características e funções das instituições. Para Kães (1991, p. 28), “a instituição é o conjunto das formas e das estruturas sociais instituídas pela lei e pelo costume: a instituição regula as nossas relações, preexiste e se impõe, se inscreve na permanência”.

O autor prossegue e informa que toda instituição é dotada de uma finalidade que a distingue, seja nas funções jurídico-religiosas, defensivas e de ataque, produtoras ou reprodutoras de ideologias. Assim, elas realizam funções mistas e complexas, como as instituições de tratamento, reclusão ou educação. Kães (1991) expõe ainda que a ordem própria da instituição, nos processos que ela designa, articula-se em funções psíquicas notáveis no âmbito coletivo, tal como o sofrimento institucional.

Lapassade (1974, p.25), por sua vez, argumenta que a denominada crise da civilização moderna é “em primeiro lugar e antes de mais nada, a crise das

instituições que fundamentam e protegem essa civilização, que asseguram a difusão de suas mensagens, que transmitem as ideologias dominantes”. Ou seja, a crise da modernidade expõe que as instituições constituídas ao longo do século XX já não são capazes de realizar suas funções de continuidade e de regulamentação da vida em sociedade (KAËS, 1991).

A dinâmica psíquica estável, pautada na ordem, na exclusão da diferença e na proteção do Estado, irrompe concomitantemente com as instituições que serviam de apoio para o homem moderno. Os indivíduos, ao longo da modernidade, acreditavam em garantias sociais e culturais de sentido, segundo os valores e ideologias fundamentadas no Iluminismo. O otimismo gerado pela revolução industrial e ascensão do capitalismo, pressupunha que a sociedade seria capaz de alcançar patamares cada vez mais elevados, a partir dos investimentos em tecnologia e ciência.

Porém, nos deparamos com situações extremas de violência, guerra, morte e exclusão, o que fortalece o sentimento de crise na atualidade. Salientando aspectos do quadro atual, Lasch (1979, p.24), alerta que os indivíduos já não pensam em como prevenir ou conter o desastre público, de tal maneira que “ocupam-se com estratégias de sobrevivência, medidas destinadas a prolongar suas próprias vidas”. O autor citado destaca que as concepções determinantes da personalidade contemporânea colocam os indivíduos como vítimas ou sobreviventes da crise institucional.

No enfrentamento diário, sofremos com essas circunstâncias temíveis e alienantes, as garantias institucionais parecem mínimas e não despertam segurança. Assim, há um uso exacerbado do termo sobrevivência, que passa a ser empregado, por exemplo, na dificuldade de equilibrar o orçamento doméstico, no medo do envelhecimento, no temor pelo câncer, em vícios como álcool ou cigarro. As famílias sobrevivem em meio à recomposição, separações e laços afetivos que foram rompidos. Os pais sobrevivem com a insegurança dos filhos fracassarem na esfera financeira ou sentimental. “Tal como a ideia de sobrevivência, a ideia de vitimação é inapropriadamente aplicada aos infortúnios cotidianos” (LASCH, 1984, p.57).

Soma-se a isso que as crises públicas são acumuladas a cada dia e, assim, os indivíduos perdem o interesse em agir politicamente e de forma engajada. As atitudes coletivas em prol de mudanças neste cenário surgem de modo difuso, sem articulação ou adesão de grande parte dos cidadãos. As questões de genuína sobrevivência individual passam a ser decididas no contexto político (BERARDI, 2005). Lasch (1984) acrescenta, ainda, que as denúncias sobre as crises servem para justificar reivindicações dos governantes que atuam na política e nas relações internacionais, administrando o estresse emocional, o medo e a insegurança da população.

Com efeito, “as subjetividades são tomadas pela sensação de ameaça, fracasso, despersonalização, enlouquecimento ou até morte” (ROLNIK, 1997, P. 21). A autora citada afirma que para proteger-se da profusão negativa de forças, do desassossego e da loucura, os indivíduos anestesiavam-se no mercado variado das drogas disponíveis, numa espécie de toxicomania generalizada. O consumo de drogas, lícitas ou ilícitas, multiplica-se na classe trabalhadora. Porém, a medicalização da vida consiste num discurso de verdade que não contribui para resolução efetiva do sofrimento, pois, a atuação nos sintomas se faz por um enfoque reducionista, o qual aprisiona ainda mais o sujeito. A sensação de alívio é momentânea e passageira.

Sobretudo, percebe-se que a crise das instituições não surge sem apresentar os riscos e danos à saúde mental. Nós sentimos os seus efeitos diante de nossas fraquezas e angústias pelo fracasso que, de alguma forma, nos atormenta, seja no plano real ou no imaginário. Enquanto revide, atacamos as instituições quando somos tomados pelo pessimismo e pelo caos, seja na esfera privada ou organizacional. A subjetividade muda por completo o modo como é vivida diante da experiência crônica de desestabilização.

“Na modernidade, tal experiência era associada à doença mental e trazia o medo de não conseguir se configurar de acordo com o mapa absolutizado de uma ordem considerada normal: medo de ser anormal, de fracassar ou enlouquecer. No contemporâneo, no entanto, a experiência da desestabilização encontra-se a tal ponto intensificada que ela não mais se associa à doença; sua generalização a situa no âmbito de uma normalidade. Essa experiência tende então a ser vivida como fragilidade” (ROLNIK, 1997, p. 207).

Lasch (1979) alerta que a apatia seletiva e o descompromisso com o vínculo em longo prazo, são, na realidade as novas técnicas de autogestão psíquica, na luta para manter a vantagem sobre os rivais. E isso ocorre de várias formas: nas sabotagens ao trabalho em grupo, na arrogância narcísica, nos jogos maquiavélicos de interesse e poder, nas práticas de assédio moral ou violação de direitos. É diante deste panorama que acompanhamos a emergência da “vida líquida” a qual, segundo Bauman (2001), surgiu ligada a “modernidade líquida”.

Trata-se de um período histórico em que as condições de ação por seus membros tendem a mudar num tempo curto, menor do que aquele necessário para a consolidação de hábitos, rotinas e tradições. Para o autor citado acima, as experienciais cotidianas seguem uma sucessão de reinícios, finais rápidos, indolores, onde dispensar as coisas têm prioridade sobre adquiri-las. E, em meio ao descarte do que parece impróprio para a realização e prazer pessoal, percebemos a banalização de graves problemas sociais, como a violência em todos os níveis.

No convívio social, o outro tende a ser representado como ameaça à segurança pessoal, assim, é cada vez mais intenso o desejo de vingança e morte para aqueles que, supostamente, deveriam ser exilados da sociedade. O discurso de ódio ao diferente torna-se enraizado em posições ideológicas defendidas com extremismo e incoerência com o pacto civilizatório. A tolerância e a competência social, capazes de fomentar o altruísmo e a ética na convivência pacífica, parecem distantes do nosso contexto sociocultural. Nesta direção, Joffe (1998) reforça que em momentos de crise, as representações negativas e depreciativas acerca do outro se intensificam e, conseqüentemente, ele é tido como “bode expiatório”.

Para a autora citada, uma das maneiras da sociedade controlar o medo e a ansiedade generalizada perante as incertezas do futuro, é através da degradação do diferente pela via da desumanização, o que implica no uso de categorias de criaturas sub-humanas, tais como animais. Enfim, a crise institucional traz à tona a fragilidade humana em sua busca compulsiva por terra firme, estabilidade em todas as esferas da vida e continuidade nas relações

afetivas. Como desconsiderar os fatores apresentados até aqui na produção de subjetividades, nas consequências políticas e éticas com outro?

Jovchelovitch (2000, p.186) acrescenta que as limitações da esfera pública brasileira são visíveis. A possibilidade de reconhecimento no espaço público, que é garantida por um Estado de direito, e o funcionamento das instituições sociais, está longe da realidade brasileira. As representações que surgem nessa esfera expressam a ameaça, a corrupção, a miséria e o pessimismo. Mas, na mesma esfera pública, podem ocorrer relações de solidariedade, justiça e confiança, as quais propiciam um ambiente seguro em meio as instabilidades. E, de fato, a práxis de um compromisso com a construção de experiências humanas marcadas pela solidariedade é uma estratégia importante na superação das crises institucionais.

2 MODERNIDADE E AMBIVALÊNCIA: UMA CARTOGRAFIA DO CONTEMPORÂNEO

Como apontado anteriormente, a desarticulação das instituições sociais produz graves efeitos na subjetividade contemporânea. Retomando essa dimensão da análise, para Rolnik (1997), isso pode ser explicado pela decadência do modelo moderno e mecanicista de homem, que era baseado na ordem e equilíbrio. Hoje, a dialética estabilidade - instabilidade, em termos de subjetivação, é repensada na cultura. Torna-se necessária a compreensão de que as bipolaridades e cisões não contemplam a complexidade da experiência humana. É “evidente que, agora, já não se coloca caos, de um lado, e ordem do outro, numa relação de oposição [...] há um incessante ir e vir entre o caos e a complexidade”, uma relação de osmose ou imanência (ROLNIK, 1997, p. 34).

Para discutirmos essas mudanças, na cultura e na subjetividade, primeiramente, cabe destacarmos as características fundamentais do período moderno. Historicamente, a modernidade foi um período em que guerras dolorosas e implacáveis ocorreram contra a ambivalência. As origens da ambivalência estão relacionadas ao arquétipo de todas as tarefas da modernidade, a saber: a ordem contrária ao caos. Compreendemos que isso

ocorreu através de uma luta incessante “da determinação contra a ambiguidade, da precisão semântica contra a ambivalência, da transparência contra a obscuridade, da clareza contra a escuridão” (BAUMAN, 1999, p.56).

O sistema de signos de toda a cultura moderna pautou-se na ciência universal da ordem e, assim, foram constituídos saberes empíricos da identidade e da diferença, como chaves para a taxonomia, repartições e distribuições entre o certo e o provável, o normal e o patológico (FOUCAULT, 1987). Para o autor citado, a modernidade possuía fundamentos jurídicos e antropológicos, usados para a domesticação, controle e esquadramento da subjetividade.

A sanção normalizadora do Estado estabelecia os graus de normalidade para inclusão na vida pública, como sinais de pertencimento a um corpo social homogêneo, identificando os desvios, fixando especialidades e diferenças, traçando limites da fronteira com o anormal. O autor citado postula que as instituições modernas combateram o caos e as diferenças com a hierarquia, a homogeneização e a exclusão por categorias gerais, oposições binárias entre o proibido e o aceito. Diante disso, ocorreu a formação de uma série de códigos rudimentares da individualidade, em sua forma qualitativa e quantitativa, estabelecidos por tecnologias de controle e exame dos corpos (FOUCAULT, 1987).

Na concepção de Arendt (1972, p. 223) o significado da ordem, da fundação de um novo mundo contra o antigo, foi à eliminação da pobreza e da opressão. Todavia, “sua grandeza consiste no fato de que, desde o início, essa nova ordem não se desligou do mundo exterior”. O homem moderno, numa obsessiva marcha adiante em busca de sucesso e riqueza, nunca conseguiu o bastante (BAUMAN, 1999). O sonho moderno da prosperidade e do desenvolvimento social, foi duramente golpeado pelo fracasso institucional, escarrado em duas grandes guerras.

Assim, ao longo da modernidade, o materialismo radicalizado no conceito de propriedade privada e no lucro a qualquer preço, acarretou numa visão de um futuro incerto. E, atualmente, os indivíduos descortinam um vasto campo de imaginação: imaginar para os próximos séculos interfaces de uso, modalidades

de concatenação e formação conectiva a beira do abismo escancarado por conflitos bélicos e recessões econômicas (BERARDI, 2005).

Os sinais do esgotamento da modernidade e seus preceitos, como a ordem pública, o desenvolvimento da tecnologia, o consumismo e a alienação das massas, são visíveis e se agravam em nosso cotidiano. E, diante disso, recorreremos a Rolnik (2006), como referência fundamental para aprofundarmos esse diagnóstico social. Para a autora, a tarefa do pesquisador, enquanto cartógrafo dos processos de subjetivação, consiste em dar língua aos afetos e emoções que nos perturbam e causam estranhamento.

O ato de dar língua aos afetos consiste em colocá-los num mapa e traçar acontecimentos que perfilam as zonas de sentido, na elaboração de caminhos para a resistência, criação e potência. O mapa do pesquisador pós-moderno pode exprimir “a identidade entre o percurso e o percorrido. Confunde-se com seu objeto quando o próprio objeto é o movimento” (DELEUZE, 1992, p.73). Reafirmamos que traçar e nomear afetos indizíveis, mapeando diferenças e estranhamentos, consiste em desafios para a Psicologia Clínica que, ao assumir essa dimensão, contribui com uma retórica crítica e emancipatória.

Numa cartografia, distante de uma descrição histórica de eventos do nosso tempo, cada mapa é uma redistribuição de impasses e aberturas, “o indefinido não carece de nada, sobretudo de determinação” (DELEUZE, 1992, p. 78). Do cartógrafo, se espera, basicamente, que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo, atento as linguagens e experimentações que encontra. E, numa cartografia das subjetividades contemporâneas, nos deparamos com o tédio, a angústia, as fobias e a depressão. Trata-se do mal-estar na pós-modernidade, o qual acompanha tanto as sensações de vazio, como a contínua exposição da vida privada em ambientes virtuais.

Concordamos com Orlandi (2002, p. 220) ao afirmar que “nossa época é particularmente marcada por um excesso de sinais que apontam para a dramaticidade [...] nunca se viu tão sistemático sucateamento da humanidade”. Wacqüant (2002) acrescenta que a deterioração acelerada da construção e do estilo de vida atual é comumente associada à grande miséria, a desmoralização coletiva e individual que acarretam na criminalidade violenta e em sintomas

mórbidos e patogênicos, como o alcoolismo, a toxicomania, o suicídio, as doenças cardiovasculares e mentais.

A cartografia de Lypovestsky (1989. p. 69) aponta para uma sociedade hedonista que “só em sua superfície engendra a tolerância e a indulgência; na realidade nunca a ansiedade, a incerteza, a frustração conheceram maiores proporções”. Para o autor citado, o narcisismo atual nutre-se mais do ódio do que de admiração pelo eu. E, diante da lógica do capitalismo, da massificação da cultura que aguça o consumismo desenfreado e o prazer imediato, assistimos à instauração de rivalidades e perseguições que garantem uma vida privilegiada para poucos, e condições de miséria material para muitos.

Esses sintomas são, na concepção de Lasch (1979), efeitos de uma modulação na subjetividade contemporânea. O homem-econômico vem dando o lugar ao homem-psicológico, o produto final do individualismo moderno. Um homem perseguido não pela culpa neurótica, mas pela ansiedade e superficialidade nas relações. Um homem tolerante e que se vê privado da lealdade do grupo, pois, considera o outro como permanente rival. O autor citado acima, define esse homem pós-moderno como feroz em seu desejo de aprovação e reconhecimento, mas desconfiado da competição por associá-la a destruição e a morte.

Enfim, encontramos, ainda, sujeitos que rejeitam as transformações no corpo empregando a medicalização, as mutilações e o enxerto de substâncias que deformam o organismo (PAL PERBART, 2000). Notamos, assim, que as relações de continuidade são quebradas pela alta intensidade das experiências, pela misteriosa carga libidinal e afetiva, por uma energia alucinatória, assoberbante e poderosamente associada aos bens materiais. Os indivíduos encontram-se reconduzidos por forças em que, às vezes, o sentido pode ser vivido como perda (JAMESON, 1985).

Deleuze (1992) chama de “Teatro da Repetição” esses experimentamos de forças puras que agem sobre a subjetividade, onde a linguagem fala antes das palavras, gestos são elaborados antes da organização do corpo, máscaras antes das faces. O autor destaca que as subjetividades, atualmente, são moldadas por todo o jogo místico da perdição e da salvação, todo o jogo teatral

da morte e da vida, todo o jogo positivo da doença e da saúde.

De fato, múltiplas forças batem à porta dos indivíduos e põem em cheque à antiga “forma-homem”, bem como, a antiga “forma-criança” diante de novas maneiras de experimentar a vida. “Aumenta nosso estranhamento com as maneiras emergentes de sentir, de pensar, de fantasiar, de amar, de sonhar” (PAL PELBART, 2000, p.11). Trata-se de intensidades que possuem poderes artísticos, sem a mediação do “artista homem”, que irrompem a própria natureza, como mundo figural do sonho. Ou ainda, como realidade inebriante que não leva em conta o indivíduo, pois, procura libertá-lo através de um sentimento místico de unidade (NIETZSCHE, 1992).

Surgem novas maneiras de moldar o corpo indisciplinado e marcá-lo com tecnologias suaves ou violentas, excitando-o a emitir novos signos. Isso observamos, por exemplo, no filme “Crash: Estranhos Prezares”, onde o fetiche do corpo flagelado por acidentes de automóvel desperta intenso prazer nos casais. Máquinas e corpos expõem relações simbióticas e sadomasoquistas (PERBART, 2000). Concluimos que, após ter sido negada ou marginalizada na modernidade, nos tempos líquidos atuais, a parte sensitiva, a inteligência sensorial do homem retorna com força em nossas sociedades (MAFFESOLI, 2003).

Essas intensidades e forças que moldam as subjetividades podem ser interpretadas como expressões dionisíacas. Segundo Vernant (1990), Dionísio é deus à parte, errante, vagabundo, de lugar nenhum e de todo lugar, nômade que exige ser plenamente reconhecido onde está apenas de passagem, um personagem que chega de longe, forasteiro, estrangeiro e excêntrico. Dionísio representa os ciclos da natureza, a renovação da vida, o eterno movimento do universo. A fusão entre o todo natural e o social é uma expressão desse trágico disseminado, e Dionísio pode ser a sua figura emblemática.

Mesmo diante das forças dionisíacas que tendem para a desestabilização, ainda buscamos linhas divisórias entre o certo e o incerto, o normal e o patológico, ou seja, um porto seguro na paisagem oceânica, líquida e movente. Para o cartógrafo no exercício da produção literária e científica, a tarefa consiste em aceitar o desafio de uma escrita com sangue como ensina Nietzsche (1992,

p. 159) ao exclamar: “de tudo quanto se escreve, agrada-me apenas o que alguém escreve com o próprio sangue. Escreve com sangue e aprenderás que sangue é espírito”. O cartógrafo, numa escrita nietzschiana, deve fluir com as intensidades que nos atingem continuamente, onde são renovadas as provocações e angustias para que a vida que tenha motivações para além das conquistas transitórias e materiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DIONÍSIO E O RETORNO DO TRÁGICO

No presente artigo nota-se que trabalho de Bauman (1999) surge como paradigmático, na compreensão das relações do homem com esta sociedade líquida. Identifica-se, no texto, uma tentativa de articular alguns postulados que abarcam graves conflitos e dilemas da vida atual. Observa-se, sobretudo, que o caos e a ordem surgem no bojo da discussão, incorrendo, inevitavelmente, no reconhecimento das forças dionisíacas como fundamentais para interpretarmos as mudanças subjetivas no contexto pós-moderno.

O artigo expõe que as sensações de crise e risco e demais sintomas recorrentes, repercutem nas experimentações com o corpo, na busca incessante por prazeres e realização de desejos. Concordamos com Berardi (2005, p. 17), pois, é insensato propor a subversão desse sistema no qual navegamos. “Estamos à procura de um método de mudanças que esteja livre das premissas da governabilidade, da finalidade e redutibilidade do mundo a projetos racionais”. Um método de mudança capaz de frutificar os princípios da navegação em águas que fluem, deslocando-se com velocidades imprevisíveis

Defendemos um método clínico, ético, político capaz de propor ações desprovidas de feridas narcísicas e do ressentimento com o outro. E, enfim, em meio as intensidades destacadas neste artigo, esperamos que os processos de subjetivação promovam o homem de “espírito livre”, como propõe Nietzsche (1992). Ou seja, aqueles indivíduos que pensam e agem de modo diverso do que se espera com base em sua procedência, posição e função. Subjetividades extemporâneas ou linhas de fuga que anunciam a potência, a resistência, a criação e a aceitação do trágico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDRT, H. Da violência. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- BAREMBLITT, G. F. Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.
- BAUDRILLARD, J. A Transparência do mal: ensaio sobre os fenômenos extremos. Campinas: Papirus, 1996.
- BAUMAN, Z. Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BERARDI, F. A fábrica da infelicidade: trabalho cognitivo e crise da new economy. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- DEBORD, G. A sociedade do espetáculo: Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, G. Crítica e clínica. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DESLANDES, S. F. Redes de proteção social e redes sociais: uma práxis integradora. In: C. A. de LIMA (Org.). Violência faz mal à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. p. 135-142.
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FREUD, S. Psicologia das massas e análise do eu. In Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud (Vol. XVIII). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GUATTARI, F. Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense; 1981.
- HARDT, M. e NEGRI, A. Império. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.
- JAMESON, F. O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico. São Paulo: Ática, 1985.
- JOFFE, H. Degradação, desejo e “o outro”. In: ARRUDA, Â. (org.). Representado a alteridade. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 109-28.

JOVCHELOVITCH, S. Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

KÄES, R. Realidade psíquica e sofrimento nas instituições. In: KÄES, R. (org). A instituição e as instituições. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991. p.54-78.

LASCH, C. A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio. Rio de Janeiro: Imago, 1979.

_____. O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LAPASSADE, G. Análise institucional. São Paulo: Cortez, 1974.

LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2002.

LYPOVESTSKY, G. (1988). A Era do Vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Lisboa: Antropos.

MAFFESOLI, M. O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. São Paulo: Zouk, 2003.

NIETZSCHE, F. Obras incompletas. São Paulo: Abril Cultural, 1992.

ORLANDI, L. B. L. Que estamos ajudando a fazer de nós mesmos? In: RAGO, M. (org.) Imagens de Foucault e Deleuze ressonâncias nietzscheanas. Rio de Janeiro, 2002. p.217-238.

PAL PELBART, P. A vertigem por um fio. São Paulo: Fapesp/Illuminuras, 2000.

ROLNIK, S. Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, D. (Org.). Cultura e subjetividade. Saberes Nômades. Campinas: Papyrus, 1997. p. 19-24.

ROLNIK, S. Cartografia sentimental, transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

VERNANT, J. P. **Mito e pensamento entre os gregos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.